

Terça-Feira, 27 de Outubro de 2026

Gisela Simona chama colegas de Bancada de "incoerentes" por votarem contra a manutenção da prisão de Chiquinho Brazão

Racha na bandada federal

REDAÇÃO

A deputada federal Gisela Simona criticou os membros da bancada federal de Mato Grosso que votaram contra a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, em 2018.

Durante uma entrevista ao Jornal do Meio Dia (TV Vila Real, canal 10), Gisela, que votou a favor da detenção, afirmou que seria incoerente adotar uma posição diferente, especialmente considerando o grave assassinato de uma mulher negra, uma causa que ela defende.

“Particularmente, em relação ao meu voto, há uma bandeira de combate à violência contra as mulheres. Estamos lidando com um assassinato grave de uma mulher negra, vereadora do Rio de Janeiro (RJ). Dentro desse contexto, seria incoerente votar contra, e lamento a decisão da maioria dos colegas”, disse ela na segunda-feira (11).

A declaração de Gisela é apenas uma das várias críticas que os deputados federais Abilio Brunini (PL), Coronel Assis (União), José Medeiros (PL), e as parlamentares Amália Barros (PL) e Coronel Fernanda (PL) têm enfrentado desde o fim da votação na Câmara.

A primeira-dama, Virginia Mendes, também se manifestou mais cedo, afirmando que o posicionamento dos parlamentares demonstra o machismo na sociedade brasileira, incluindo o deputado federal Coronel Assis, filiado ao União Brasil.

Ao comentar sobre a polêmica, a congressista disse que houve uma pressão intensa no Congresso Nacional. Alguns deputados, como foi o caso dos integrantes da bancada federal do PL, votaram contra a prisão sob o argumento de que não havia elementos para justificar a “prisão em flagrante” de Brazão.

No entanto, as investigações indicaram que Chiquinho estava obstruindo “atrapalhando as investigações”, o que é considerado um crime continuado e que isso sustentaria o flagrante.

“Houve uma pressão interna no Congresso sobre os argumentos da instituição, além das prerrogativas que os deputados têm. Porém, como cidadã, eu vejo que, na verdade, essas prerrogativas nem deveriam existir, já que somos iguais perante a lei”, disse.

Por fim, Gisela ainda afirmou que cada parlamentar terá que responder por seu posicionamento, mas apontou que é inevitável que a votação não seja vista de forma contraditória. Isso porque a maioria deles defende que “bandido bom é bandido morto ou preso”.

“É muito difícil, mas cada parlamentar acaba votando de acordo com suas convicções. Ele tem que se justificar para os seus eleitores, eu prefiro não opinar diante dessa liberdade. Mas é contraditório, até mesmo porque até o PL coloca que ‘bandido bom é bandido morto ou na cadeia’. Mas quando se trata de um parlamentar ou de uma mulher, a gente não vê o mesmo posicionamento”, disse.